

**PARADIGMA INDICIÁRIO COMO POSSIBILIDADE DE LEITURA
TEXTUAL: A LÓGICA PERVERSA NA POLÍTICA**

Rosely Silva Pires¹
Márcia Barros F. Rodrigues²

Resumo

Este artigo apresenta um inventário indiciário e etnográfico inspirado em Ginzburg (2007) e Zizek (2010), apresentando uma análise dos afetos contidos nas emoções presentes na política, sob uma nova luz de interpretação do totalitarismo, que vai além da racionalidade instrumental, buscando um diálogo com a psicanálise, tratando a lógica perversa da ideologia tanto em produções intelectuais como artísticas.

Palavras-chaves: Ideologia. Lógica perversa. Regimes totalitários. Paradigma indiciário e Psicanálise.

**EVIDENTIARY PARADIGMAS TEXTUAL READING POSSIBILITY: THE
LOGIC PERVERSE IN POLITICS**

Summary

This paper presents an evidentiary and ethnographic inventory inspired by Ginzburg (2007) and Zizek (2010), presenting an analysis of the affects contained in these emotions in politics, in a new light of interpretation of totalitarianism, that goes beyond instrumental rationality pursuing dialogue with the psychoanalysis, treating the perverse logic of ideology both in intellectual production as artistic.

Keywords: Ideology. Perverse logic. Totalitarian regimes. Evidentiary paradigm and Psychoanalysis.

O desafio do historiador ao estudar a história do presente coloca de pronto a discussão em torno da objetividade do conhecimento. O distanciamento do objeto de

¹Rosely Maria da Silva Pires, Mestrado em Educação pela Universidade Federal Fluminense. Professora Assistente do CEFD/UFES. Coordenadora do projeto de Extensão sobre problematização e enfrentamento da Violência. Contato: roselysilvapires@hotmail.com.

²Marcia Barros Ferreira Rodrigues, Pós-doutora pela UFF em Ciência Política, Doutora em História Social pela USP. Professora Associada da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Coordenadora do NEI. Contato: mbfrodrigues@gmail.com.

estudo, no caso da história, requer atenção redobrada. Entretanto, acreditamos que nenhuma construção histórica, “seja ela desse século ou do passado, esteja imune aos preconceitos e desvio dos historiadores (...) significa afirmar que toda história é pensada a partir do tempo do historiador que vai buscar no passado próximo as interlocuções para a compreensão da realidade” (SANTOS, 2009, p. 10).

A proposta constante de manter a dimensão política das nossas análises relembra uma das principais acusações feitas à história, por estudar, entre outras coisas, as conjunturas políticas locais. Com relação a isso, afirma René Remond:

Se o político deve explicar-se antes de tudo pelo político, há também no político mais que o político, em consequência a história política não poderia se fechar em torno de si mesma, nem se comprazer na contemplação exclusiva de seu objeto próprio. Nem privilegiar um tipo de relação: não há, por exemplo, razão científica para estabelecer uma ligação mais estreita do político como o econômico que com a ideológico, o cultural, ou qualquer outro termo de relação” (RENÉ REMOND (1996 p.36).

Isto posto, acreditamos que a importância de estudar a lógica perversa na política, na perspectiva da história política e história do presente, aponta possibilidades de relações entre história e poder e seu caráter indissociável (FALCON, 1997).

O fragmento do texto O narrador (BENJAMIN, 1993, P. 221) traduz em parte o objetivo deste artigo, qual seja o de contar a experiência de ler um texto instigante, como o de Slavoj Zizek, intitulado “O sujeito perverso na política: Lacan como leitor de Mohammad Bouyeri”, onde o autor realiza uma análise da carta de um fanático mulçumano, Mohammad Bouyeri. No texto, existe uma memória afetiva e uma diversidade de histórias, contos, filmes que trazem à tona a sensibilidade artística, com o objetivo de estabelecer uma relação entre passado, presente e futuro, história, afetos e política.

A Etnografia do Texto

No início foi difícil, pois em certa medida ainda cristalizadas com o a lógica de estudo e pesquisa do paradigma positivista, foi preciso ler e reler para percebermos os sinais, as pistas, os vestígios e indícios presentes no texto de Zizek. Como afirma Ginzburg (2007, p. 11), “ler os testemunhos históricos a contrapelo, ou como Walter Benjamin sugeria, contra as intenções de quem os produziu” para entender os regimes totalitários, a misoginia e o fundamentalismo religioso, com imbricações com a lógica do sujeito perverso cunhada por Lacan.

Para nortear o texto, utilizamos de caminhos percorridos por Paulo Freire (2011) que, ao escrever sobre a importância de ler, reafirma que ler as palavras é ler o mundo, e com isso “re-lemos” momentos fundamentais de nossas experiências como sujeitos individuais e coletivos. No nosso caso, “re-lemos” como mães e educadoras, que realizam projetos de pesquisa e extensão na área de formação humana.

A Lógica Perversa na Política

Para desvendar as ideologias autoritárias presentes nas nossas produções intelectuais e artísticas, é urgente pensar os efeitos políticos e ideológicos das emoções inconscientes que nos afetam e estão presentes na formação histórica e cultural do Brasil. Buscando discutir essa questão, percorreremos dois caminhos para entender: como a lógica perversa opera em nós e como é possível a resistência a essa lógica.

Com o objetivo de compreender como a lógica perversa opera em nós, é urgente desvendar o “papel desempenhado pelas emoções inconscientes na formação das ideologias, da política e da estrutura social” (RODRIGUES, 2014 p. 67). Considerar a dimensão psíquica individual do sujeito na política é, ao nosso ver, não só importante como também urgente, pois a consciência (Razão) não controla os impulsos e pensamentos de forma tão eficiente. Aliás, a revolução anunciada por Freud foi justamente a de que “o inconsciente é feito de pensamento. Trata-se aqui do sujeito não da desrazão e sim da razão inconsciente, cuja lógica é também apresentada através de um método” (QUINET, 2011, p. 12). Assim, é possível conjecturar que a lógica perversa que opera na política – no fundamentalismo religioso, nos regimes totalitários ou na misoginia – não é comandada apenas por conjunturas políticas, econômicas e culturais e como ações puramente conscientes, mas principalmente por emoções inconscientes. Ou seja, compreender a autoridade e o poder também como emoções contidas no inconsciente nos ajuda a ampliar o olhar sobre o processo histórico cultural do Brasil, analisando suas implicações político-afetivas nas relações sociais. Os comportamentos ou pensamentos revelam sentimentos que nos ajudam a desvendar as contradições e ambiguidades presentes na cultura política brasileira.

O que estamos afirmando é que o sujeito é simultaneamente individual e coletivo e que suas emoções são manifestação da política:

“o afeto é político e conforma nossas ações muito mais do que o pensamento. Destacamos a máxima de Lacan (1966/1988), de que o inconsciente se estrutura

como uma linguagem e essa linguagem é pulsão. (...) a linguagem é vida (pulsão) e oferece um riquíssimo material para análise de sintomas sociais (RODRIGUES, 2014, P. 239).

Juntando indícios presentes em diferentes discursos políticos, podemos observar que o pensamento conservador ou totalitário, é sempre motivado por emoções de angústias e medo. Cerqueira Filho, discutindo as dificuldades e impasses desse pensamento/sentimento conceituado por ele como autoritarismo afetivo, afirma que com a crise do judiciário na contemporaneidade nos tornamos “mini-Estados” e passamos a submeter as normas exclusivamente aos nossos interesses e decisões pessoais (CERQUEIRA FILHO, 2005).

Nesse sentido, a lógica perversa pode ser observada nos discursos políticos de diferentes matizes, particularmente na conjuntura política atual da modernidade radicalizada (GIDDENS, 1991, p. 13), onde se torna impositivo problematizar como é possível a resistência a essa lógica? Como possibilidades de contraponto à lógica perversa trazemos para o debate o que seria o ato ético. Para Zizek, o sujeito que atua dentro da lógica perversa, ou o “perverso”, é aquele que busca atender a vontade de um grande outro, independente de como isso infringe sofrimento a alguém. Enfim ele é capaz de causar sofrimento a outrem com a consciência que está apenas cumprindo um dever e por isso não é responsável pela dor que provoca. Já o ato ético é o oposto à lógica perversa, o sujeito mesmo sobre todos os tipos de adversidades (maus tratos, acusações injustas), persiste e não cede a tentação de humilhar, torturar, pois tem plena consciência de que é responsável por todos os seus atos.

Dessa forma, em contraposição, ato ético é o oposto da elevação perversa de si mesmo a um instrumento do grande outro é (...) “a simples persistência contra todas as probabilidades é em última análise a matéria prima de que a ética é feita”. A questão é como se daria essa resistência? Se pensarmos a lógica perversa enquanto indícios, a discussão de Foucault nos ajudaria muito, mas como nossa análise também recai sobre o entendimento dessa lógica enquanto sintoma, buscaremos nas discussões sobre memória, em diálogo com a psicanálise, um possível caminho de construção da verdadeira ética, em contraponto a essa elevação perversa de nós mesmos como enfatiza Zizek (2006. p. 142)

A contribuição dos estudos de Foucault para o enfrentamento da lógica perversa na política se dá a partir da compreensão do poder como um conjunto de dispositivos de sujeição que circula. Portanto, o poder não é uma coisa, e sim uma relação que produz efeitos em nível macro e micro. Tem uma positividade, que se traduz em eficácia. Para o

autor, o saber se constitui como uma peça fundamental de relação de poder, e a análise da dominação se oculta nas diversas instâncias e enquanto práticas, saberes, que não aparecem como práticas de sujeição e dominação. Foucault afirma que agimos na ilusão de que somos livres, sem compreendermos aquilo que o poder produz em nós e, portanto, inevitavelmente, podemos nos tornar cúmplices da nossa própria dominação (FOUCAULT, 2001). Assim o enfrentamento proposto por Foucault seria resistir na perspectiva da agonística, fazendo a crítica; engajando-nos em lutas pontuais e específicas; oferecendo-nos enquanto ponto de resistência, dentro da compreensão de que o poder nos atravessa.

Com a intenção de ampliar e não de contrapor ao pensamento de Foucault, trazemos a possibilidade de pensar, não o saber, mas as emoções, como peça fundamental de poder. Com isso, nos apoiaremos na discussão da memória, problematizando o esquecer ou o lembrar, buscando construir a proposta do texto de Žižek sobre a ética, como enfrentamento ao dispositivo de sujeição presente na lógica perversa da política encarnada na ideologia. Ideologia aqui é entendida como uma concepção, não como um conceito, dada a complexidade de fenômenos aos quais ela remete. Então pensamos como Eagleton que:

(...) A ideologia é antes uma questão de “discurso” que de “linguagem” – mais uma questão de efeitos discursivos concretos que de significados como tal. Representa os pontos em que o poder tem impactos sobre certas enunciações e inscreve-se tacitamente dentro delas. Mas não deve, portanto, ser igualada a nenhuma forma de partidarismo discursivo, discurso “interessado” ou viés retórico; antes, o conceito de ideologia tem como objetivo revelar algo da relação entre uma enunciação e suas condições materiais de possibilidade, quando essas condições de possibilidade são vistas à luz de certas lutas de poder centrais para a reprodução” (EAGLETON, 1997, p. 104 e 105).

Isto posto, destacamos que um dos efeitos concretos de poder, presente no mecanismo das ideologias, é o esquecimento. Então seguindo o princípio da “mnemotécnica” anunciado por Nietzsche (apud WEINRICH, 2001), a questão premente entre esquecer e lembrar passa pela necessidade de manter o esquecimento dentro de certos limites. O desafio estaria, então, em pensar que, a partir das reflexões sobre culpas que permanecem na memória apenas porque nos causam dor, o esquecimento deve ser limitado por razões morais. Mas como fazê-lo, se as culpas e dores estão guardadas no inconsciente e por isso não acessíveis na sua totalidade à razão?

Weinrich, no diálogo com Nietzsche, faz aproximações com os estudos de Freud, apresentando questões sobre a mnemotécnica, agora na base psicanalítica. Numa primeira observação, poderíamos dizer que Freud se contrapõe a Nietzsche, se entendermos que

para a psicanálise esquecemos o que é desagradável, culposos, penosos, ao invés de lembrar como afirma Nietzsche. No entanto, só aparentemente esquecemos o que nos causa dor. Freud afirma que, na verdade, sempre lembramos nossas dores. Elas se revelam nos sintomas, que aparecem e reaparecem repetidas vezes e, quase sempre, sem a nossa consciência do que eles revelam, a que dores remetem. Pois se estiverem recalçados, embora sempre presentes, não sabemos, ignoramos seu sentido, tal como quando estamos interpelados por uma ideologia. A razão não alcança o sentido, pois a lógica que está operando é a do inconsciente. Esse caminho busca a utilização do método de investigação da psicanálise, ou seja, a hermenêutica psicanalítica de análise do discurso, num diálogo com a história no estudo da ideologia. A ideologia, enquanto parte da instância social, é arquitetante da conduta do sujeito. A análise social da ideologia

“exige a explicação do processo em que a estrutura global, através dos aparatos ideológicos e a partir das práticas sociais concretas em que o indivíduo esteja inserido, determina o universo de significações que faz impacto no sujeito que, por sua vez, o elabora a nível imaginário em sua estrutura psíquica, dando como resultado uma ideologia internalizada. Assim, vincula-se o sistema do inconsciente à instância ideológica, pois as manifestações do inconsciente estão suportadas por práticas (agir) e discursos (pensar)” (RODRIGUES, 2008, p. 70).

Nesse sentido, a questão entre lembrar e esquecer precisa ser entendida, compreendendo que o recalçado não foi esquecido, porque não foi resolvido, permanece no inconsciente, trabalhando para assustar a alma, produzindo enfermidades, como por exemplo, a sujeição inconsciente à lógica perversa. Então “o paciente é forçado a repetir incessantemente o reprimido/esquecido, como sintoma de enfermidade” (WEINRICH, 2001, p. 187). Com objetivo de tratamento, o psicanalista faz seu paciente falar, para a construção de uma ética. Analogamente, com o objetivo de fazer análise crítica dos afetos presentes no discurso ideológico, podemos retornar a Benjamim, concordando com Weinrich, e utilizar a narrativa como estratégia da memória que é política; narrando e deixando-se narrar como processo de análise social da ideologia e, portanto, um processo de resistência, pela crítica à lógica perversa.

O Inventário indiciário e etnográfico do texto “O sujeito perverso da política: Lacan como leitor de Mohammad Bouyeri”.

Como um “detetive”, com os saberes, olhares, desejos e múltiplas linguagens, fomos seguindo as pistas deixadas por Zizek e produzimos seguinte análise:

O texto trata de uma análise do totalitarismo e do fundamentalismo político. Para realizar essa análise com maior propriedade o autor lança mão da psicanálise com base em Lacan e interpreta atos históricos da política e da religião utilizando de conceitos cunhados por Lacan como: o sujeito perverso e o sujeito ético. Os personagens e enredos presentes no texto estão contidos na apresentação que faremos da temporalidade ao apresentarmos o inventário etnográfico.

Seguindo a orientação de um inventário etnográfico, organizamos o estudo com os seguintes temas: temporalidade, conjuntura, periodização, problema, argumento, digressão, reforço argumentativo, conclusão.

Em relação à temporalidade, o texto estabelece um diálogo entre presente, futuro e passado, e apresenta discussões em três níveis. O primeiro, citando exemplos de experiências, problematizando a lógica perversa; o segundo, construindo possibilidades para ampliar a compreensão de como essa lógica opera em nós; e o terceiro, problematizando como é possível a resistência a essa lógica. Vamos ao texto: como exemplos de lógica perversa, o autor apresenta o julgamento, ocorrido em 1963, de Adolf Eichmann, tratado por Hannah Arendt como um carrasco nazista, que foi julgado por matar milhares de judeus durante o holocausto e que afirmava que simplesmente cumpria seu dever de funcionário. Traz também para o debate um assassinato realizado em 2004 por um muçumano. O extremista religioso afirmava ter assassinado o documentarista holandês Theo Van Gogh porque este, ao produzir documentários, em parceria com a muçumana, Hirshi Ali, sobre os maus tratos sofridos pelas mulheres muçumanas, estariam indo contra a verdade pregada no Alcorão.

Com o objetivo de problematizar a relação entre verdades e mentiras, o autor traz para o debate peças de teatro de William Shakespeare, datadas de 1601 e 1608 (Bem está o que bem acaba ou Tudo está bem quando termina bem) e de 1566 e 1600 (Como Gostais); também evidencia a existência das obras de arte de dois grandes pintores da Grécia Antiga, Zeuxis e Parrásio, obras datadas do século 5º a.C; narra ainda a derrota de junho de 1848 em que os deputados do partido da ordem estavam também fingindo fingir ser republicanos para ser o que realmente eram.

No terceiro nível, o autor apresenta o que ele denominou de ato ético de Lacan. Para construir seu argumento, o autor recorre a um documentário sobre a propagação da cultura da vida, produzido em 2005, enfatizando o papel fundamental do Papa João Paulo II para o fim do comunismo na Polônia e talvez em toda a Europa. Descreve ainda a experiência vivida por Anne Frank no período entre 1942 e 1944 que, com seu diário, permitiu uma análise problematizadora da Segunda Guerra Mundial; narra uma história ocorrida no fim dos anos 40, de Sophia Karpai, e o plano de conspiração construído para exterminar médicos judeus. Embora o autor não dê detalhes, abre a possibilidade de entendermos também a importância do papel desempenhado por Hannah Arendt, durante o julgamento do carrasco nazista, como um verdadeiro ato ético.

A conjuntura é a contemporaneidade. A periodização do texto data de 2004, com foco na lógica perversa que opera no fundamentalismo. Chegamos então aos problemas presente no texto. São eles: Resistir à tentação de não humilhar, torturar e assassinar pode ser considerado um esforço ético (verdadeiro ato ético)? E o que o perverso não compreende, em seu esforço, para separar absolutamente verdades de mentiras?

Analisando os argumentos presentes no texto, encontramos quatro que julgamos importantes: a misoginia e o fundamentalismo religioso, enquanto sentimentos inconscientes nos exemplos trazidos no texto; a relação de uma lógica perversa presente na política, na religião e na mulher, como verdades com aparências sedutoras ao sujeito; a figura de Mohammad Bouyeri, que obedece à lógica perversa presente no fundamentalismo religioso e reconhece na mulher os poderes fálicos infernais; e por fim, o verdadeiro ato ético apresentado no texto, utilizando exemplos de mulheres, Hannah Arendt, Anne Frank, Sophia Karpai. Este foi apresentado como o oposto da elevação perversa de si mesmo a um instrumento do grande outro.

Perspectivando a digressão, o autor inicia o texto com o assassinato do documentarista holandês Theo Van Gogh, em Amsterdã, em 2004, e vai utilizando a técnica da associação livre, percorrendo vários momentos históricos anteriores para analisar o fato.

Como reforço argumentativo, o autor utiliza alguns exemplos para explicar a lógica da tentação. Porém percebemos que ele organiza esses exemplos em dois momentos: o primeiro para enfatizar a lógica perversa e o segundo para mostrar o esforço de resistir a essa lógica.

Na lógica perversa, o autor enfatiza que a falsidade do perverso reside em seu próprio apego incondicional à verdade, e em sua recusa a dar ouvidos à verdade, que

ressoa numa mentira. Como exemplos, foram apresentadas as peças de teatro de Shakespeare, as obras de arte dos pintores Zeuxis e Parrásio, e a derrota de Junho de 1848; o autor deixa claro que o sujeito faz de si mesmo o instrumento-objeto da vontade de outrem. Os exemplos citados formam o assassinato do documentarista holandês Theo Van Gogh e a carta ameaçando Hirshi Ali; Os exemplos do verdadeiro ato ético, citados pelo autor, em contraponto à lógica perversa, são: a Hirshi Ali, ardorosa combatente pelos direitos das mulheres muçulmanas - fundamentalismo religioso; Annah Arend, autora que descreve o subterfúgio utilizado pelos carrascos para serem capazes de suportar os atos horríveis que praticavam – cumpriam ordens; o Papa João Paulo II, que propagou a cultura da vida como nossa única esperança contra a cultura de morte; Anne Frank, que declarou sua crença de que há uma centelha de bondade em todo ser humano e, por último, Sophia Karpai que com o impacto de sua perseverança evitou mais uma catástrofe na sociedade soviética e na política em geral, e salvou as vidas de milhares, se não milhões de pessoas.

A lógica perversa pode ser observada em maior atuação no fundamentalismo religioso, nos regimes totalitários e na misoginia; a história mostra que nos regimes totalitários, Stalin promoveu horríveis expurgos e execuções, afirmando que fez tudo para o progresso da humanidade; na política ligada à religião, Osama Bin Laden e Bush agiram com base no pressuposto de que seus atos são diretamente ordenados e guiados pela vontade divina. Podemos também observar essa lógica na misoginia. A discussão da misoginia está presente tanto nas obras de Lacan quanto nas de Shakespeare. Os exemplos de ambos, destacados por Zizek, permitem observar a autopercepção – presente nas peças de teatro de Shakespeare – da figura feminina, que aparece como a única que consegue sobrepor a aparência, e também em Lacan, quando afirmar que “só uma mulher pode fingir ser o que não é”. Arremata o autor, utilizando fragmento de Lacan: “só uma mulher pode fingir ser o que é (...) e se para reinar a lei tiver de se basear na ação recíproca de embustes e enganos (ZIZEK, 2006. P. 142).

À guisa de conclusão, podemos destacar que o diálogo entre história e psicanálise abre um espaço profícuo no entendimento das emoções que afetam os sujeitos e que, portanto, estão presentes no discurso político e encarnados nas ideologias tomadas enquanto formações discursivas, no dizer de Foucault. A análise social das ideologias pode revelar algo da relação entre uma enunciação e suas condições materiais de possibilidade, quando essas condições de possibilidade são vistas à luz das lutas de poder para a reprodução do capitalismo e de sua lógica perversa de dominação, que se traveste de diferentes formas, inclusive religiosas. A crítica aos efeitos desse mecanismo requer um

paradigma para além da racionalidade instrumental, para percepção da ideologia e sua lógica. Acreditamos que nossa proposta de análise, ainda que incipiente, pode provocar desdobramentos que tragam a potência para modificar nosso modo de perceber e estar no mundo e ajudar a reelaborar o papel da formação humana do intelectual.

Referências Bibliográficas

BENJAMIN, W. *Magia e Técnica, Arte e Política: Ensaio sobre Literatura e História da Cultura. Obras Escolhidas. Volume I. 5. Ed. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1993.*

DELEUZE, G. *O Abecedário de Gilles Deleuze*. Paris: Montparnasse, 1988-1989. Transcrição disponível em: <http://www.oestrangeiro.net/esquizoanalise/67-o-abecedario-de-gilles-deleuze>> Acesso em: 04 fev. 2010.

EAGLETON, Terry. *Ideologia*. Tradução Silvana Vieira, Luis Carlos Borges. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista: Editora Boitempo, 1997.

FALCON, Francisco. *História e Poder*. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. ed^a16. Rio de Janeiro: Graal. 2001.

FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. 51. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2011

GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GINZBURG, Carlos. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CERQUEIRA FILHO, Gisálio. *Autoritarismo Afetivo: A Prússia como sentimento*, São Paulo: Escuta, 2005.

QUINET, Antonio. *A descoberta do inconsciente, do desejo ao sintoma*. 4 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

REMOND, René (org). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/ FVG, 1996.

RODRIGUES e SOUZA. *Políticas públicas e gestão urbana: o caso da região metropolitana da Grande Vitória no estado do Espírito Santo*. Dimensões, vol. 27, 2011, p. 23-39.

RODRIGUEZ, M V. *Pesquisa histórica: o trabalho com fontes documentais. Fontes e métodos em história da educação.* / Organizadores: Célio Juvenal Costa, Joaquim José Pereira Melo, Luiz Hermenegildo Fabiano. – Dourados, MS : Ed.UFGD, 2010.

RODRIGUES, Márcia. Barros. *Vida Moderna: Sensações, Espetáculo, Mercado, Cultura e Violências.* Simbiótica. Revista Eletrônica, v. 1, p. 01-14

RODRIGUES, Marcia Barros. História & Psicanálise: um diálogo possível In: (Org.) Michael A. Soubboinik, Olga Maria M. C. de Souza Soubbotnik. *Enlace. Psicanálise e conexões.* Vitória: GM Gráfica e editora, 2008

RODRIGUES, Marcia Barros. Paradigmas para o século XXI: Possibilidades de Aplicação do Paradigma Indiciário de Corte Psicanalítico às Ciências Humanas e Sociais. Passagens: Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica, v. 6, p. 234-253, 2014.

SANTOS, J. Atualidade da História do tempo presente. *Revista Historiador*, ano I, n. I 2009

WEINRECH, Harald. *Lete: a arte do esquecimento.* Tradução de Lya Luft. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2001.

ZIZEK, S. O sujeito perverso na política: Lacan como leitor de Mohammad Bouyeri In: *Como ler Lacan.* Rio de Janeiro: Zahar, 2010, p. 129-149.